

RESENHA ESTENDIDA DO LIVRO *MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE: APLICAÇÃO NA SAÚDE MENTAL E SUA RELAÇÃO COM A PSICOLOGIA SOCIAL*

EXTENDED REVIEW OF THE BOOK “MONITORING AND EVALUATION IN HEALTH PROMOTION”: APPLICATION IN MENTAL HEALTH AND ITS RELATIONSHIP WITH SOCIAL PSYCHOLOGY

Guilherme Durães de Almeida¹

Recebido em 01 de julho de 2025

Aprovado em 21 de agosto de 2025

RESUMO

O artigo apresenta uma resenha crítica do livro *Monitoramento e Avaliação em Promoção da Saúde*, elaborado pelo Ministério da Saúde do Brasil, CEPEDOC e OPAS. A análise qualitativa examina os conceitos de prevenção, proteção e promoção da saúde, com foco na saúde mental, na Rede de Atenção Psicossocial e na Psicologia Social. Esta resenha explora principalmente os capítulos 1 e 4, que abordam os fundamentos da promoção da saúde e seus distintos desafios. No capítulo 1, destaca-se a definição ampliada de saúde e de promoção da saúde, fundamentada na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), com ênfase em princípios éticos, intersetoriais e de justiça social. São discutidos exemplos práticos, como o Programa Bolsa Família e o Projeto Terapêutico Singular, com atenção especial à saúde mental. A análise crítica mobiliza referências foucaultianas para questionar práticas de controle social, reforçando a importância da autonomia e da participação social na saúde mental, especialmente no contexto dos Centros de Atenção Psicossocial. Os capítulos seguintes tratam do monitoramento e DA avaliação, fundamentados pela PNPS, bem como evidenciam lacunas na articulação com a saúde mental. O capítulo 4 destaca os desafios e as potencialidades do monitoramento territorial, reforçando a necessidade de sistematização e de participação comunitária. O livro é considerado relevante para profissionais da saúde, apesar da escassez de exemplos práticos específicos em saúde mental. A elaboração de outros manuais operacionais, baseados em práticas efetivas e voltados especificamente à saúde mental, seria de grande utilidade pública e contribuiria para avanços no setor.

Palavras-chave: Saúde Mental. Promoção da Saúde. Psicologia Social. Serviços de Saúde Mental. Política de Saúde.

ABSTRACT

The article presents a critical review of the book *Monitoring and Evaluation in Health Promotion*, developed by the Brazilian Ministry of Health, CEPEDOC, and PAHO. The qualitative analysis examines the concepts of prevention, protection, and health promotion, with a focus on mental health, the Psychosocial Care Network, and Social Psychology. This review primarily explores chapters 1 and 4, which address the fundamentals of health promotion and its distinct challenges. Chapter 1 highlights the expanded definition of health and health promotion, grounded in the National Health Promotion Policy (PNPS), with an emphasis on ethical, intersectoral, and social justice principles. Practical examples, such as the Bolsa Família Program and the Singular Therapeutic Project, are discussed, with special attention to mental health. The critical analysis

¹Graduando do curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Veiga de Almeida, e-mail: g.du.duraes@gmail.com.

draws on Foucauldian references to question practices of social control, reinforcing the importance of autonomy and social participation in mental health, especially within the context of Psychosocial Care Centers. The following chapters focus on monitoring and evaluation, based on the PNPS, and reveal gaps in their integration with mental health. Chapter 4 highlights the challenges and potential of territorial monitoring, emphasizing the need for systematization and community participation. The book is considered relevant for health professionals, despite the scarcity of specific practical examples in mental health. The development of additional operational manuals, based on effective practices and specifically aimed at mental health, would be of great public benefit and contribute to advancements in the sector.

Keywords: Mental Health. Health Promotion. Social Psychology. Mental Health Services. Health Policy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma resenha crítica estendida, com o objetivo de analisar o livro *Monitoramento e Avaliação em Promoção da Saúde*, publicado pelo Ministério da Saúde do Brasil, em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Documentação e Informação em Saúde (CEPEDOC) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

A análise fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, baseada em procedimentos da Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), e em elementos da Hermenêutica Crítica. A Análise de Conteúdo foi empregada para identificar como os principais núcleos temáticos presentes no texto — como os conceitos de prevenção, proteção e promoção da saúde — articulam-se com a saúde mental, a Rede de Atenção Psicossocial e a Psicologia Social, levantando o questionamento: “Quais dimensões de saúde mental são (des)consideradas?”. Já a Hermenêutica Crítica possibilitou uma leitura interpretativa do discurso do autor, considerando seus posicionamentos teóricos e as implicações práticas no campo da saúde coletiva.

Referências do pensamento foucaultiano foram mobilizadas para enriquecer a reflexão sobre os sentidos atribuídos à promoção da saúde no contexto contemporâneo. A escolha metodológica foi realizada a posteriori, após uma leitura reflexiva e exploratória dos capítulos analisados, com o intuito de sistematizar o percurso interpretativo adotado neste trabalho.

Optou-se pelo enfoque nos capítulos 1 e 4 da obra, por se tratar da seção em que são apresentados os conceitos fundamentais da promoção da saúde e seus desafios, servindo de base para a construção do tema e, consequentemente, como ponto de partida para a discussão sobre saúde mental no campo de atuação.

Ainda assim, os demais capítulos foram considerados, com recortes pertinentes sendo citados ao longo da análise, e a totalidade da obra foi levada em conta na elaboração das conclusões finais.

A escolha da obra justifica-se por sua extrema relevância na formulação e implementação de políticas públicas, além de se tratar de um manual que orienta as práticas de gestores e profissionais de toda a rede de saúde pública. Dada a especificidade da área da saúde mental, torna-se pertinente analisar como ela é interpretada e considerada ao longo do documento.

CAPÍTULO 1

O primeiro capítulo, escrito por Marco Akerman e intitulado “Promoção da Saúde: Fundamentos para uma prática”, apresenta conceitos introdutórios e distingue os termos prevenção, proteção e promoção da saúde. Aprofunda-se na compreensão histórica da promoção, abordando eventos e organizações que contribuíram para sua consolidação. O autor também discute formas de implementar ações promotoras em contextos específicos, os desafios enfrentados e as possibilidades futuras dessa prática.

Durante a explicação dos termos, são utilizados exemplos de práticas reais, como o Programa Bolsa Família, no contexto da proteção social, por garantir direitos fundamentais. A prática de proteção estende-se à saúde mental, como no Programa de Volta para Casa (PVC), que tem objetivo semelhante: combater vulnerabilidades sociais (Ministério da Saúde, 2003). Tais exemplos facilitam a compreensão por estarem ligados a realidades observáveis. No entanto, nenhum recurso voltado especificamente à saúde mental é citado nos três conceitos centrais.

Akerman utiliza a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) como referência, destacando seus valores e preceitos. Complementa com citação própria de 2004, em coautoria: “[...] promover saúde é promover a vida”. De forma calorosa e com certo tom romantizado, reforça os eixos da PNPS, como equidade, justiça social, atuação coletiva e respeito às diversidades, em caráter ético, interdisciplinar e intersetorial (Akerman *et al.*, 2004). A citação, ainda que anterior à PNPS, antecipa seus fundamentos. O tom afetivo sustenta-se pela urgência de ampliar o debate sobre a promoção da saúde no Brasil.

Em seguida, o capítulo aborda o contexto histórico da promoção da saúde, destacando o Pensamento Médico Social de 1830 e, posteriormente, a Carta de Ottawa de

1986, que consolida o conceito de promoção da saúde sob liderança da OMS (OMS, 1986). Promover saúde passa a significar capacitar indivíduos, estimular autonomia, ampliar o controle social e o acesso a direitos da população, além da formulação de políticas públicas. Esse entendimento ancora-se na definição contemporânea da OMS, que comprehende saúde como bem-estar biopsicossocial (OMS, 1978).

O autor descreve a atuação da promoção da saúde em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), com práticas comuns à Psicologia Social e aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), como atendimento humanizado, articulação intersetorial, integralidade e ação comunitária — conforme Ferreira *et al.* (2016).

Em relato de uma reunião com gestores, o autor constata que 95% do tempo de trabalho é dedicado à assistência direta — acolhimento e atendimento individual — devido à alta demanda e às deficiências estruturais dos serviços.

Nesse ponto, surge a primeira referência direta à Psicologia, por meio de Jacques Lacan, refletindo sobre a busca por uma promoção da saúde ideal. A partir do conceito de objeto pleno, sugere-se que a promoção jamais será plenamente alcançada, sendo sua ausência o motor do desejo de construí-la (Lacan, 1964 *apud* Darriba, 2005). Assim, a promoção da saúde é menos um fim do que um horizonte transformador — o que o autor chama de esperança (Akerman; Rocha, 2018).

Entretanto, ao introduzir conceitos abstratos, o texto adota uma linguagem mais filosófica, o que pode dificultar a compreensão de profissionais sem familiaridade com referenciais psicanalíticos. Embora válida, a abordagem destoa da linguagem clara e pragmática do restante do livro.

Dado o nível de complexidade, o conceito de objeto pleno poderia ser reformulado para facilitar a compreensão. Uma alternativa seria o uso de metáforas cotidianas, como a comparação com a ciência, que, segundo Andrade *et al.* (2000), interpretando Bachelard, não avança linearmente rumo a uma verdade final, mas por mudanças e reformulações. Da mesma forma, a promoção da saúde é um processo contínuo e nunca concluído — e por isso essencial.

O capítulo contribui para uma explicação fundamentada da promoção da saúde, ancorada na PNPS e alinhada à Psicologia Social. Muitos conceitos já apresentados compõem a formação atual em Psicologia, especialmente com disciplinas voltadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e à Atenção Psicossocial. Porém, a obra é especialmente útil a profissionais formados antes

dessas atualizações, oferecendo-lhes uma oportunidade valiosa de ampliar a visão de saúde integrada e intersetorial.

Entre as seis esperanças nomeadas, destacam-se o Projeto Terapêutico Singular (PTS) e a PNPS. O PTS é amplamente utilizado em dispositivos como os CAPS, promovendo acompanhamento integral no âmbito público (Grigolo *et al.*, 2014). Isso evidencia o espaço da promoção da saúde no campo da saúde mental.

A PNPS é reafirmada como elemento central. O autor defende que a promoção da saúde deve ocorrer em todos os espaços, não se limitando à assistência direta. Ressalta ainda que promoção não deve ser confundida com controle dos corpos, como no passado — algo que ainda ocorre em certos contextos (Rauter; Peixoto, 2009).

É legítima a preocupação com o uso do termo “promoção”, pois, por muito tempo, a sociedade recorreu a instituições disciplinares para impor normas. Foucault criticou duramente as instituições de controle que precederam a Reforma Psiquiátrica, como os manicômios, com práticas ainda presentes em hospitais psiquiátricos que não evoluíram (Foucault, 1975).

Assim, as contribuições de Foucault se alinham à promoção da saúde e à PNPS ao afastarem mecanismos de controle e o biopoder centrado no saber médico. Defende-se uma promoção baseada na emancipação, na liberdade dos corpos e na participação democrática, pautada por princípios éticos de cidadania e justiça social.

Manter esse olhar crítico é essencial para que dispositivos de saúde, como o CAPS, não repliquem o modelo hospitalocêntrico. É necessário reafirmar os princípios de autonomia e participação integral dos usuários.

Ao final, o texto menciona, pela primeira vez, a “Política de Promoção da Saúde Mental”, pauta da 24^a Conferência Mundial de Promoção da Saúde (ABRASCO, 2024).

Embora ofereça uma compreensão robusta, o capítulo peca pela ausência de exemplos práticos focados na saúde mental. Um aprofundamento nesse sentido tornaria a leitura mais aplicável à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e à atuação dos psicólogos na atenção psicossocial. Ainda assim, é um recurso valioso para reflexão crítica e atualização profissional.

CAPÍTULOS 2 E 3

Os capítulos 2 e 3 do manual tratam da PNPS e do papel do Monitoramento e Avaliação (M&A). O capítulo 2 apresenta os marcos históricos da PNPS, como a criação do SUS em 1990, porém omite legislações centrais à saúde mental, como a Reforma Psiquiátrica (Brasil, 2001) e a RAPS. A ausência de menções diretas à saúde mental revela uma lacuna importante, embora a autora interprete sua relevância como um marco social.

O texto detalha objetivos, valores e instrumentos da PNPS, destacando o M&A como prática essencial, orientada por diretrizes nacionais e internacionais. Aponta a importância de ações participativas e contextualizadas, contudo, sem articulação explícita com a atenção psicossocial.

Já o capítulo 3 problematiza o conceito de “avaliação” à luz das críticas foucaultianas (Foucault, 1975), propondo um olhar dialógico e democrático para o M&A, com foco na autonomia e na participação dos sujeitos.

Reconhece-se a importância de dados confiáveis e de métodos quantitativos e qualitativos; entretanto, os exemplos práticos são breves e desarticulados da saúde mental. Apesar de reforçar a necessidade de indicadores e de adaptação regional, o capítulo não oferece soluções concretas nem aproximação direta com a Psicologia Social ou com a RAPS, limitando o diálogo com esses campos.

CAPÍTULO 4 E ANEXOS

O quarto e último capítulo, intitulado “Potencialidades e Desafios para Monitoramento e Avaliação da Promoção da Saúde nos Territórios”, reforça a importância da sistematização e do registro das práticas desenvolvidas nos territórios, bem como da produção de dados relevantes para a construção de indicadores e o acompanhamento de estratégias participativas de M&A. O texto também destaca a importância de parcerias externas, que contribuem para o fortalecimento da rede de participação social.

A autora adota uma postura realista em três aspectos principais:

- 1) reconhece os desafios e obstáculos inerentes à prática da promoção da saúde;
- 2) propõe uma transposição produtiva da teoria para a realidade cotidiana dos serviços; e

- 3) enfatiza a necessidade de compreender os fatores que potencializam ou limitam tais práticas nos contextos institucionais.

Entre os principais obstáculos, evidencia-se a permanência da lógica hospitalocêntrica no sistema de saúde brasileiro, que favorece a soberania médica e mecanismos de controle social, além de práticas pontuais frequentemente atravessadas por interesses partidários. Essa estrutura, amplamente criticada pela Psicologia Social, representa um dos entraves centrais para a consolidação de um cuidado psicossocial integral. Autores como Paulo Amarante (2013) defendem a continuidade e o aprofundamento da Reforma Psiquiátrica, articulada a práticas colaborativas e à democratização das decisões nos serviços, com protagonismo dos usuários.

O texto propõe um ambiente dialógico, com relações mais horizontais, e destaca a valorização de expressões culturais como arte e oficinas. Essas práticas, presentes na RAPS, podem ser fortalecidas com maior organização e metas alinhadas às demandas reais dos usuários (Brasil, 2015).

Após o capítulo, o livro traz dois anexos:

- “Indicadores de Promoção da Saúde com Base nos Eixos Operacionais da Política Nacional de Promoção da Saúde” e
- “Exemplo de Construção de Indicadores de Promoção da Saúde”.

O primeiro anexo organiza exemplos práticos de indicadores por eixos temáticos. No eixo da Rede de Atenção à Saúde (RAS), o CAPS aparece entre os serviços citados, com destaque para indicadores sobre acolhimentos humanizados e resolutivos, reforçando seu papel na RAS.

Já o segundo anexo exemplifica a criação de indicadores voltados à população em situação de rua — realidade comum nos CAPS AD (Mendes; Horr, 2014) —, o que reforça a importância de avaliações sistemáticas nas ações de promoção desenvolvidas nesses serviços.

O capítulo finaliza promovendo a articulação entre teoria e prática, destacando a escuta dos trabalhadores e a sistematização de registros, sempre com base na equidade e no trabalho em rede. Os anexos ampliam a aplicabilidade, ainda que os desafios, como alta demanda e escassez de recursos, sejam comuns à saúde pública.

CONCLUSÃO

Durante todos os capítulos do manual, são apresentadas propostas didáticas com exercícios e questões que integram a realidade dos gestores-leitores ao conteúdo. Com linguagem acessível e interativa, o texto retoma temas e perguntas com frequência, dialogando diretamente com o leitor. Essa abordagem se mostra eficaz para estimular reflexões iniciais sobre os conceitos de promoção da saúde e a prática profissional. De forma geral, a linguagem é assertiva e didática.

Entre os capítulos, destaca-se a estratégia de transição: o texto sintetiza o encerramento do conteúdo anterior e antecipa o seguinte, favorecendo a continuidade do raciocínio e incentivando uma reflexão constante. O livro também traz referências acessíveis por links de redirecionamento, o que amplia o acesso a materiais complementares e enriquece a aprendizagem.

Cabe destacar que o manual foi elaborado como material de apoio ao curso online ofertado pela Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS, 2024). Assim, a qualidade do aprendizado pode variar de acordo com a realização simultânea do curso, que oferece avaliações, revisões e outros mecanismos de apoio.

Apesar dos méritos, observa-se uma limitação nas reflexões sobre saúde mental, especialmente no que se refere aos seus mecanismos e especificidades. Os textos finais de cada capítulo, intitulados “Práticas no Território”, não abordam diretamente ações voltadas à saúde mental. A inclusão de experiências relacionadas à RAPS como protagonista seria uma forma simples de suprir essa lacuna.

Um dos relatos menciona a saúde mental indígena como indicador de avaliação, evidenciando a importância do cuidado psicossocial. No entanto, a ausência de menções à RAPS, à Lei da Reforma Psiquiátrica, e a presença dos CAPS apenas em materiais complementares enfraquecem a discussão. Questões como a estigmatização dos usuários dos CAPS e a baixa participação familiar deixam de ser aprofundadas (Aguiar, 2024).

Outras problemáticas relevantes nos CAPS também são pouco exploradas, como a substituição da equipe multiprofissional por condutas medicalizantes ou a resistência à lógica do cuidado interdisciplinar (Portal *et al.*, 2021).

Esse não aprofundamento pode ser justificado pela proposta do manual de servir como material de apoio geral à RAS, e não à RAPS. Contudo, essa generalização pode

dificultar a aplicação prática, exigindo dos profissionais maiores capacidades de adaptação e planejamento.

No que tange à Psicologia Social, o livro se alinha aos valores dessa área, em especial à origem democrática da PNPS, base conceitual da obra. Ainda assim, suas contribuições poderiam ser mais exploradas no contexto da saúde mental.

A obra é uma ferramenta útil para psicólogos da saúde pública, bem como para graduandos, desde que associada a capacitações complementares. Quando vinculada a estudos dirigidos ou programas de extensão, pode contribuir para a construção de novos conhecimentos, promovendo ações planejadas e sustentadas por valores sociais. O manual também pode auxiliar na estruturação de iniciativas acadêmicas e profissionais, sendo útil na elaboração de relatos de experiência após a aplicação prática das ações.

Como o próprio texto propõe, seria possível monitorar e avaliar as atividades realizadas pelos participantes do curso. Com base em indicadores de médio e longo prazo, já seria viável observar alguns resultados, considerando que o manual foi publicado em 2023. Assim, recomenda-se reunir os gestores envolvidos para fornecer feedbacks, compartilhar experiências e avaliar a aplicação do conteúdo, possibilitando a elaboração de um segundo manual com atualizações e novos modelos operacionais.

Nesse sentido, justifica-se também a criação de um manual específico sobre saúde mental, considerando suas particularidades. Para isso, seriam necessárias: articulação entre dispositivos da RAPS e demais serviços do SUS, disponibilidade de recursos e gestão organizada. Tal material poderia reconhecer práticas bem-sucedidas nas unidades de atendimento e apresentá-las como referência para outros serviços.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Joílson Silva. Atuação do psicólogo no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD). **Revista Cedigma**, v.1, n. 1, p.1–11, 2024. Disponível em: <https://revistacedigma.cedigma.com.br/index.php/cedigma/article/view/3>. Acesso em: 2 jun. 2025.

AKERMAN, M.; ROCHA, D. G. Produção do cuidado: há espaços para a promoção da saúde? In: GARCIA, M. L. T. de; FREITAS, C. M. de; AKERMAN, M. (Org.). **Organização do cuidado e práticas em saúde:** abordagens, pesquisas e experiências de ensino. RJ: Fiocruz, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/wny6k/04>. Acesso em: 2 jun. 2025.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial** [recurso eletrônico]. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. (Coleção Temas em Saúde). Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j94p9>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ANDRADE, B. L. D.; ZYLBERSZTAJN, A.; FERRARI, N. As analogias e metáforas no ensino de ciências à luz da epistemologia de Gaston Bachelard. **Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v.2, n.2, p.182–192, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-21172000020207>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). **24ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde**. 2022. Disponível em: <https://abrasco.org.br/iuhpe-promove-a-24a-conferencia-internacional-de-promocao-da-saude/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, ano CXXXIX, n.67, p.2, 9 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 28 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf. Acesso em: 28 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **De Volta para Casa: manual do programa**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Manual_PVC.pdf. Acesso em: 23 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrutivo técnico**: RAPS/SUS. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_tecnico_raps_sus.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Monitoramento e avaliação em promoção da saúde** [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/monitoramento_avaliacao_promocao_saude.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

DARRIBA, V. A falta conceituada por Lacan: da coisa ao objeto a. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v.8, n.1, p.63–76, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982005000100005>. Acesso em: 22 abr. 2025.

FERREIRA, J. T. et al. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): uma instituição de referência no atendimento à saúde mental. **Revista Saberes**, v.4, n.1, p.72–86, 2016. Disponível em: <https://e-gaio.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Os-Centros-de-Atencao-Psicossocial-CAPS.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GARCIA, Paola Trindade; REIS, Regimarina Soares (Org.). **Redes de atenção à saúde: Rede de Atenção Psicossocial – RAPS**. São Luís: EDUFMA, 2018. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/ARES/10279/3/Rede%20de%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Psicossocial%20-%20RAPS.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

GRIGOLO, T. M. et al. O projeto terapêutico singular na clínica da atenção psicossocial. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v.7, n.15, p.53–73, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68912>. Acesso em: 8 mai. 2025.

MENDES, C. R. P.; HORR, J. F. Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. **Revista Psicologia e Saúde**, v.6, n.1, 2014. Disponível em: <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/328>. Acesso em: 20 mai. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Composição da SAES/DESMAD/RAPS**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Carta de Ottawa para a promoção da saúde**. Ottawa, 1986. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 5 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Declaração de Alma-Ata sobre cuidados primários de saúde**. Alma-Ata, 1978. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_atra.pdf. Acesso: 7 mai. 2025.

PORTAL, P. S. C. et al. Multidisciplinary teams as “technical reference” devices in mental health in CAPS and care management: an integrative literature review. **Research, Society and Development**, v.10, n.6, p.e21010615747, 2021. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/15747>. Acesso em: 2 jun. 2025.

RAUTER, C.; PEIXOTO, P. D. T. D. C. Psiquiatria, saúde mental e biopoder: vida, controle e modulação no contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, v.14, p.267–275, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/39vGtYSRVDrJnDmTCgGbqDp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2025.

UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS (UNA-SUS). **Promoção da saúde:** fundamentos, prática e cidadania. 2024. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/46888>. Acesso em: 2 jun. 2025.

Acesso geral: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila>

Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

